

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Relatório das audições sobre o sector das águas

A Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e do Poder Local aprovou a realização de um conjunto de audições sobre *“sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira do sistema de abastecimento e saneamento de água, bem como os respetivos níveis de qualidade, eficiência e sobre capacidade”*.

Estas audições na própria Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local durante os meses de Setembro a Novembro de 2011 e contaram com um vasto leque de entidades ouvidas, que incluem todos os principais *stakeholders* do sector. A lista de treze entidades ouvidas resulta de sugestões dadas pelos três maiores Grupos Parlamentares: PSD, PS e CDS-PP. Os restantes grupos parlamentares optaram por não sugerir quaisquer entidades.

Naturalmente que o objetivo destas audições não se poderia esgotar na atenção parlamentar e mediática dada no dia em que cada audição teve lugar. Era não menos importante assegurar que os contributos e discussão havidos no curso das audições pudessem ficar registados e ser tornados base útil para o debate político futuro sobre o sector dos serviços de águas.

É nesse mesmo sentido que de acordo com a alínea i) do artigo 35º (Competência das comissões parlamentares permanentes) do Regimento, se prevê a possibilidade de as Comissões parlamentares elaborarem relatórios em matérias da sua competência.

Do mesmo modo, é prática reiterada e saudável da Assembleia da República que em iniciativas similares as Comissões parlamentares elaborem relatórios temáticos na sequência de conjuntos de audições, como foi o caso. Tais relatórios constituem registos de acesso fácil e compreensível sobre o curso das audições e suas conclusões.

Nesse sentido, após a aprovação pela Comissão da realização deste conjunto de audições, o Grupo Parlamentar do PSD propôs oralmente em reunião da Comissão que

fosse elaborado um relatório das audições, indicando o Senhor Deputado Mário Magalhães (GPPSD) como Deputado relator. Pela ordem de precedências estipulada no regulamento da comissão e por ser o grupo parlamentar autor do requerimento das audições, caberia naturalmente ao GPPSD indicar o relator do relatório.

Apenas o Grupo Parlamentar do PCP, que é claramente minoritário, mostrou oposição à realização de um relatório das audições.

Por mais duas vezes - uma no meio e outra no final das audições - foi recordado em reuniões da Comissão que se elaboraria um relatório das audições. Também nessas duas ocasiões apenas o Grupo Parlamentar do PCP mostrou discordância com a realização do relatório.

Após a conclusão das audições o Deputado relator Mário Magalhães elaborou a proposta de relatório, procurando circunscrever-se a uma descrição neutral das posições assumidas pelas entidades ouvidas e suas principais conclusões. A proposta de relatório apresentada era objectiva e evitava leituras políticas, partidárias ou ideológicas subjetivas do Deputado relator ou do respectivo Grupo Parlamentar.

Mais, quando apresentou a proposta de relatório em Comissão o Deputado relator repetiu diversas vezes a sua disponibilidade para introduzir quaisquer alterações ou aditamentos ao relatório que fossem sugeridas pelos vários Deputados e grupos parlamentares.

Para esse efeito a Comissão aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho para discutir, alterar e aprovar o relatório na especialidade.

Surpreendentemente, apenas os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP indicaram representantes para o Grupo de Trabalho aprovado pela Comissão, e apenas aquele segundo grupo parlamentar apresentou propostas de alteração à proposta de relatório. Surpreendentemente, os restantes grupos parlamentares (PS, PCP, BE e PEV) não integraram o grupo de trabalho nem apresentaram propostas de alteração.

Tornou-se notório que esta posição assumida por aqueles grupos parlamentares não se baseava em justas razões para não se elaborar relatório. Aqueles Grupos Parlamentares quiseram sim encontrar um subterfúgio para tentar evitar que a Comissão Parlamentar aprovasse um relatório que de forma objectiva, factual e neutra reproduzisse as perspectivas e sugestões (muito consensuais) das muitas entidades ouvidas. Ficou claro que aqueles Grupos Parlamentares não discordavam verdadeiramente da elaboração de um relatório das audições, mas das opiniões das entidades que eles próprios haviam aprovado ouvir.

A confrontação do conteúdo do relatório aprovado pela Comissão com o registo áudio das audições mostra que aquele é objectivo, factual e neutro.

Este relatório presta assim um relevante serviço à transparência, capacitação e esclarecimento do debate e das decisões políticas sobre a matéria dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. É por essa razão que o Grupo Parlamentar do PSD votou convictamente a favor deste relatório.

Palácio de S. Bento, 9 de Abril de 2012

Os Deputados do GP/PSD

*Almeida*

*Bruno Coimbra*

*Luis Pedro Simões*

*Paulo*

*(Bruno Vitorino)*

*Paulo Pereira*

*Almeida*

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### *Relatório Qualidade e Sustentabilidade dos Serviços de Abastecimento de Águas e Saneamento*

**Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local abstêm-se na votação do Relatório *Qualidade e Sustentabilidade dos Serviços de Abastecimento de Águas e Saneamento*, e apresentam a seguinte Declaração de Voto:**

1. A temática da qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e saneamento sempre mereceu o atento escrutínio por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.
2. Ocupar-se desta temática, é, aliás, uma das atribuições da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do seu Regulamento, aprovado em 26 de Julho de 2011, sendo sua competência, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 3.º acompanhar e discutir as questões relativas aos «*serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais*».
3. Cremos ter sido neste enquadramento que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou, em 23 de Agosto de 2011, um Requerimento para a realização de um conjunto de audições, no sentido de se promover um «*debate profundo sobre a sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira do sistema de abastecimento e saneamento de água, bem como os respetivos níveis de qualidade, eficiência e sobre capacidade*».
4. Tal Requerimento, apesar de referir que «*a água é um dos bens essenciais à vida humana*», e que «*o seu abastecimento público e saneamento são exigências básicas e fundamentais em sociedades modernas*», apresenta, no entanto, um conjunto de considerandos sem o menor fundamento, como, de resto, se veio a constatar no decurso das audições realizadas, seja no que tange à situação económico-financeira do sector, seja no que se refere ao seu sobredimensionamento.
5. Atendendo a esses considerandos e à sua ausência de fundamento, não poderia o Partido Socialista ter assumido outra posição que não a abstenção na votação do Requerimento, tendo o mesmo sido aprovado pelo partido proponente, pelo CDS-PP, PCP, BE, com o PEV ausente (votação ocorrida em 23 de Agosto).
6. Ainda assim, e com o intuito de robustecer o «*debate profundo sobre a sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira do sistema de abastecimento e saneamento de água*» proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, os Deputados do Partido Socialista propuseram, em 26 de

- Agosto de 2011, que se ouvissem outras entidades e personalidades, no âmbito das audições a realizar em sede de Comissão, a saber: a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos; o Conselho Nacional da Água; o Instituto Nacional da Água; José Veiga Frade (Diretor Adjunto e Chefe de Divisão de Água e Proteção do Ambiente do Banco Europeu de Investimentos); Catarina Albuquerque (Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Água e ao Saneamento); e Joaquim Poças Martins (Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto).
7. As audições tiveram lugar entre Setembro e Novembro.
  8. E enquanto o Parlamento se dedicou a auscultar as principais entidades com intervenção nos sistemas de abastecimento de águas e de saneamento, bem como das personalidades com elevado conhecimento e reconhecida experiência na matéria, a Senhora Ministra foi sendo pródiga em contradições sobre o futuro do sector, desde a afirmação de que a privatização da Águas de Portugal estava no programa eleitoral do PSD, que a Águas de Portugal é para privatizar e que a reflexão passa por perceber qual será o modelo mais adequado à situação completa que encontrou no Grupo (27 de Setembro), até à constatação de que precisava de tempo para fazer a reestruturação do grupo e só depois disso seria conhecido o modelo de privatização (18 de Novembro), passando pelo recuo na intenção de venda, por manifesta falta de compradores (13 de Outubro).
  9. Não temos quaisquer dúvidas que o manifesto ziguezaguear se deve(u) à ausência de conhecimento sobre a verdadeira situação do sector, e que o recuo assumido da alteração de posição política tem por base a realidade tornada pública pelo conjunto de entidades ouvidas pela Assembleia da República.
  10. Aparentemente, o levantamento exaustivo levado a cabo pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local foi útil à tutela, uma vez que o seu posicionamento político sobre o sector foi sendo sucessivamente alterado.
  11. Ainda assim, a Senhora Ministra decidiu inscrever, na atualização de 9 de Dezembro de 2011 do Memorando de Entendimento sobre as Condicionais de Política Económica, que «o Governo está a considerar a venda (...) da Águas de Portugal» (ponto 3.30), o que contraria todo o seu discurso até à data, já que privatizar é vender, e vender não é concessionar.
  12. Realizadas as audições, surge um Relatório elaborado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.
  13. Ora, apesar de o já mencionado Regulamento da Comissão prever, na alínea i) do n.º 1 do artigo 3.º, que, no uso das suas atribuições, compete à Comissão «elaborar relatórios sobre matérias da sua competência», o que é facto é que a Comissão não deliberou, em nenhum momento, elaborar qualquer

relatório sobre as diversas audições realizadas sobre a qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e saneamento.

14. Quer isto dizer que, para contornar a ausência de decisão, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tomou a liberdade de apresentar um documento, da autoria do Deputado Mário Magalhães, sobre cujo conteúdo o Partido Socialista se eximiu de se pronunciar.
15. Porque, apesar de louvável, o trabalho apresentado pelo Deputado em apreço não lhe havia sido solicitado, nem tão pouco ao Grupo Parlamentar que integra, nem a qualquer outro.
16. Importa recordar que existe mesmo uma metodologia previamente estabilizada para a distribuição de relatórios, a qual se processa com equilíbrio entre os Deputados, através do critério preferencial da representatividade pelo método de Hondt, metodologia que não foi respeitada, contrariando as boas práticas verificadas até ao presente.
17. O objetivo foi, simples e claramente, forçar a Comissão a aceitá-lo, à revelia de qualquer decisão prévia à sua elaboração, porque a intenção não foi a de proceder a qualquer levantamento do que se havia passado nas audições levadas a efeito, mas, sim, a forçar a Comissão a tomar como sua uma síntese conclusiva das audições, a qual reflete, necessariamente, o posicionamento político do partido proponente.
18. Obviando as questões formais, a Comissão deliberou constituir um grupo de relatores, tendo apenas manifestado interesse em participar na elaboração de uma segunda versão do Relatório os Deputados Altino Bessa e Mário Magalhães, o seu primeiro Relator.
19. O PS decidiu não participar, uma vez que o Relatório já havia sido presente na sua versão quase final, e a decisão sobre a elaboração de qualquer documento deste teor deve ser tomada no início do processo de audições.
20. A versão final do documento, sobre a qual recaiu o presente voto de abstenção, não apresenta alterações de fundo relativamente à versão inicial, padecendo dos mesmos vícios de forma, já manifestamente criticados.

Palácio de São Bento, 14 de Março de 2012

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Sobre o Relatório das Audições sobre o Setor das Águas

Desde o primeiro momento que o Grupo Parlamentar do PCP manifestou a sua oposição à proposta do PSD para que a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) elaborasse um relatório acerca das audições sobre o setor das águas, as quais tiveram lugar em setembro, outubro e novembro de 2011, entendendo que competia a cada grupo parlamentar extrair as suas próprias conclusões das referidas audições.

Salientamos que, apenas em finais de fevereiro de 2012, a CAOTPL deliberou proceder à elaboração de um relatório acerca das audições sobre o setor das águas e criar um Grupo de Trabalho para o efeito, deliberação esta tomada duas semanas após o Grupo Parlamentar do PSD ter apresentado à Comissão o referido relatório, elaborado por um deputado do PSD, tentando deste modo colocar a Comissão perante um facto consumado. Considerando que esta atitude do Grupo Parlamentar do PSD carece de qualquer legitimidade regimental, configurando um inaceitável abuso, o PCP votou contra a elaboração do relatório (o qual, aliás, já tinha sido elaborado pelo PSD) e recusou-se a indicar qualquer deputado para o Grupo de Trabalho. Deixámos, na altura, bem claro, que o Grupo Parlamentar não participaria num processo que apenas serviria para legitimar, *a posteriori*, a tentativa do PSD de impor à CAOTPL um relatório acerca das audições sobre o setor das águas.


O Grupo Parlamentar do PCP considera que todo este processo está inquinado, carece de legitimidade regimental e democrática, pelo que não participa na discussão do relatório e se opõe a que este seja considerado um relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAOTPL	
N.º Único	425 816
Entrada/Saida n.º	435 Data: 21.03.12

Reiteramos a nossa posição, assumida durante as audições sobre o setor das águas, de que a água é um bem público e que os serviços de água e saneamento devem ser geridos pelo Estado, em benefício de todos. Manifestamos a nossa veemente oposição à intenção, anunciada pelo Governo PSD/CDS, de privatizar os serviços de água e saneamento, colocando os interesses dos grandes grupos económicos que pretendem apoderar-se deste setor, acima dos interesses de Portugal e dos portugueses.

Assembleia da República, 20 de março de 2012

Os Deputados

  
Paulo Sá

  
Paula Santos